



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA MULHERES NO BRASIL: BUSCANDO INDÍCIOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Rita de Cássia Rocha; Lenina Lopes Soares da Silva

Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

rita.rocha@ifrn.edu.br / lenina.soares@ifrn.edu.br

Resumo:

Este estudo centra-se nas Políticas Públicas de Educação Profissional para mulheres no Brasil e objetiva analisar a produção do conhecimento acerca dessas políticas, destacando as reformas educacionais iniciadas no passado, por entendermos que, não se pode estudar as políticas públicas de educação profissional para mulheres no século XXI, sem entendermos sua história. A busca pela produção do conhecimento acerca da temática se deu em várias edições do Congresso Brasileiro de História da Educação, consultando seus Anais, disponibilizados no *site* da Sociedade Brasileira de História da Educação (<http://www.sbhe.org.br>) considerando os eixos temáticos que organizam as publicações ao longo das edições para atender ao descritor desta investigação: Política Pública de Educação Profissional para Mulheres nos debruçamos sobre todos. A exploração nos revelou um total de 79 (setenta e nove) trabalhos, dispostos nas comunicações orais apresentadas nos congressos realizados pela SBHE no período de 2004 a 2013, que se relacionam diretamente com a temática, pois versam sobre a mulher sob diferentes olhares, voltados para a educação. Destacamos, neste conjunto – dos 79 artigos – 08 (oito) trabalhos, que abordam políticas de educação profissional, processos formativos e histórias de instituições de educação profissional com foco no feminino. Consideramos que a relação da Educação Profissional com as políticas educacionais para mulheres no Brasil permite afirmar que historicamente essa foi marcada pela divisão social e técnica do trabalho (dualidade) dada a funcionalidade da educação frente ao projeto político e econômico assumido pelo país, basta ver nos adjetivos que aparecem nos títulos dos trabalhos: órfãs e desvalidas.

Palavras Chaves: Produção do Conhecimento; Políticas; Educação Profissional; Mulher; História.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte dos estudos iniciais produzidos na pesquisa em desenvolvimento na Linha de Pesquisa Políticas e Práxis em Educação Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, cujo objeto de estudo centra-se nas Políticas Públicas de Educação Profissional e Gênero no Brasil: o Caso o Programa Mulheres Mil¹ no IFRN. Tem como finalidade analisar a produção do conhecimento acerca das políticas de educação profissional para mulheres no Brasil, destacando o período das reformas educacionais iniciadas no passado, por entendermos que, não se pode estudar as políticas públicas de educação profissional para mulheres no século XXI, sem entendermos sua história pelo que nele se fez e faz, e pelos elementos conjunturais que a definiram, a partir dos acontecimentos, dos fatos e das forças sociais que historicamente as produziram (FRIGOTTO, 1999).

A organização textual apresenta a sistematização do inventário científico, realizado à luz do Paradigma Indiciário de Ginzburg, fundamentado na Teoria Marxista, procurando identificar a produção acadêmica disponível em espaços de reconhecida competência e certificação técnica científica para divulgação e circulação do conhecimento produzido nas academias e demais instituições correlatas, bem como, identificar os elementos estruturantes das discussões que permeiam as produções científicas, quais as limitações, os desafios e as possibilidades em que esses estudos e pesquisas sobre políticas educacionais voltadas para a formação profissional, articuladas com as questões de gênero estão inseridas.

A pesquisa de cunho exploratório, por meio de consultas bibliográficas e documentais, foi realizada nos **Anais do Congresso Brasileiro de História da**

¹**Programa Mulheres Mil** tem respaldo legal na Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho, seção 1, página 38. O Programa é estruturado em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, e vem sendo implementado pela Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT). Além da profissionalização das mulheres, o Projeto sistematizou metodologias e saberes desenvolvidos pelos 13 subprojetos no decorrer de quatro anos, de 2007 a 2010. Ao final se transformou em política pública integrante do Programa Brasil Sem Miséria do governo federal, e está implantado nos Campi da RFEPCT.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Educação, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação, considerando o recorte temporal em destaque, neste trabalho.

I - POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA MULHERES NO BRASIL: INDÍCIOS HISTÓRICOS SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A fase inicial de uma investigação científica é uma tarefa árdua e conflituosa, pois exige decisões teórico-metodológicas que definem e caracterizam o caminho a ser trilhado, exigindo autonomia, disciplina, criatividade e ineditismo no processo de revelação do conhecimento.

No campo das Ciências Sociais, conforme, Minayo (2014), o desafio da produção científica reside no labor e na complexidade e diversidade das áreas de conhecimento, no interior das quais, todo o arcabouço teórico e metodológico transformam-se em especificidade e adequação. Aqui, assume-se a concepção de que o conhecimento é uma permanente construção, mediada por sucessivas experiências, vivenciadas e situadas em um dado contexto social, histórico e cultural. Sendo assim, ele não está dado como pronto, acabado, mas, em constante transformação. Portanto, o conhecimento é uma construção social e histórica. Para Fernandes, “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história” (1977, p.5, grifos no original).

A produção do conhecimento que versa sobre as políticas públicas sociais reúne vários campos: educação, saúde, economia, etc.. Considerando o campo da educação, as pesquisas destacam que o percurso investigativo deve fundamentar-se em duas dimensões, consideradas imprescindíveis em um estudo pertinente à política pública: primeiro, estabelecer uma relação entre a especificidade (particular) e a totalidade (geral); segundo, como consequência do primeiro, ter como fundamento básico para a compreensão das políticas educacionais, uma análise de como o Estado concebe a educação do país e as consequências das ações advindas das intervenções voltadas para a consolidação do seu projeto de sociedade.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Cabral Neto (2004), afirma que a observação histórica sobre a política educacional de um país, exige do pesquisador uma sólida análise da Política de Estado, que se traduz, na concepção de documentos legais, códigos jurídicos e estruturas regulatórias que estabelecem a organização, a missão e os objetivos das instituições e sistemas educacionais, como também, apontam a concepção e orientam a adoção das mais diversificadas práticas formativas que materializam os ideais societários.

No Brasil, conforme estudos de Azevedo e Aguiar (2001), as pesquisas sobre as políticas públicas sociais, se constituem um campo amplo, relativamente novo, em processo de consolidação, por considerar as condições históricas e sociais que envolvem a pesquisa acadêmica no cenário educacional brasileiro.

Considerando a história educacional e a política brasileira é importante situar a temática e ressaltar que desde que foi atribuída ao Estado a missão de promover o acesso à escolarização, garantindo a permanência e o êxito, o fazer político e pedagógico, passou a ser mediado por políticas educacionais cujas tônicas explicitam projetos políticos, sociais que expressam a articulação entre as forças que nele coexistem (SAVIANI, 1998).

Outro ponto que merece ser ressaltado, conforme Cabral Neto (2004), é a ampliação e difusão do conhecimento acerca da realidade da educação brasileira simultaneamente, ao processo de redemocratização do país, que subsidiou, paulatinamente, o reconhecimento da educação como direito social basilar.

Ao relacionarmos as políticas educacionais com as questões de gênero, voltadas para a formação profissional para mulheres, percebemos que se trata de uma discussão antiga, desafiadora e atual: antiga, por situar-se no cerne da histórica luta pela garantia de direitos humanos e sociais; desafiadora e atual, por considerarmos o processo de consolidação das conquistas sociais, dos processos de inclusão, do reconhecimento da diversidade, no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista.

Os estudos e pesquisas sobre gênero no Brasil, inicialmente, são influenciados pelos movimentos sociais, principalmente o feminismo, desencadeados nas décadas de 1960 e 1970. As primeiras publicações situam-se nas questões dos ideais feministas.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Centram-se na reflexão teórica e militância política, definindo-se como um movimento de cunho político e intelectual dedicado ao repensar e recriar uma identidade sexual que não se adapta a modelos hierarquizados. Com o avanço e a organização dos estudos feministas, novas teorias e conceitos são (re)formulados, dentre eles, o de gênero. O conceito de gênero enfatiza as origens sociais e a subjetividade que transcende o ser homem ou o ser mulher (ALVES; PITANGUY, 1985). Desde o final da década de 1970 os movimentos sociais de mulheres vêm pautando suas reivindicações em exigências junto ao poder público, insistindo na incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas para a educação. Para Hirata (2003), a Constituição do Brasil de 1988 é um dos marcos de formalização da cidadania da mulher, pois se inicia ali a abolição de inúmeras discriminações.

No Brasil, as discussões sobre gênero e Educação Profissional no cenário escolar ainda carregam representações dogmáticas, cuja semelhança, reside na exclusão, ou mesmo invisibilidade, da mulher na História. Entretanto, a participação dos movimentos sociais nos debates sobre cidadania, principalmente, do movimento feminista e a preocupação da academia com estas questões vêm, tornando-as visíveis.

Portanto, a compreensão das políticas educacionais implica discernimento sobre o papel do Estado e as disputas pelo poder no seu interior e para além dele, contribuindo assim, no processo de identificação do lugar da mulher na sociedade, na definição do seu papel social e o que se deve buscar para o atendimento das necessidades individuais e coletivas.

II A SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA SOBRE A MULHER

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelas ações políticas da ditadura militar instalada no Brasil, o debate conservador dominante orientava as discussões institucionais públicas e a produção teórica. Nos finais dos anos 1980 temos o início do processo de redemocratização e destacamos o protagonismo dos movimentos sociais, há décadas em luta pela democracia. Eles permanecem insistindo na redefinição da agenda nacional, priorizando a discussão em torno das políticas públicas. No âmbito desse



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mesmo movimento, do processo de redemocratização, temos a revisão crítica de iniciativa de alguns pesquisadores e professores universitários, que se organizam, no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), posteriormente, dada à necessidade, criam, em 1984, um Grupo de Trabalho destinado a promover a aproximação dos historiadores da educação de todo o país, constituindo-se como uma espécie de fórum permanente de discussão de questões historiográficas, que mais tarde, em 1999, dá origem a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e conseqüentemente, contribui para a definição da constituição do campo de estudo da História da Educação no Brasil.

Segundo Saviani (1998), a SBHE foi idealizada e criada com a preocupação de investigar a História da Educação pela mediação da Sociedade, o que, no seu entendimento, significou a busca de uma compreensão global da educação em seu desenvolvimento, contrapondo-se à historiografia tradicional e conservadora.

Na existência da SBHE diversas foram as suas realizações. Dentre elas, incluem-se os Congressos Científicos. O Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado a cada dois anos pela SBHE, tem a finalidade de promover o intercâmbio acadêmico. E, tem se constituído em um relevante espaço de discussão e socialização das pesquisas educacionais. O I Congresso da SBHE aconteceu no ano 2000, o último da seqüência foi o VII, realizado em 2013.

Dentre as várias edições do Congresso, consultando seus anais, disponibilizados no *site* da SBHE (<http://www.sbhe.org.br>) e considerando os eixos temáticos que organizam as publicações, identificamos que os mesmos, foram se transformando ao longo das edições e, para atender ao descritor desta investigação – **Política Pública de Educação Profissional para Mulheres** nos debruçamos em todos.

Considerando a função do gênero textual – Resumo – no contexto das produções acadêmicas e científicas, realizamos uma leitura minuciosa nos resumos, analisando títulos e palavras-chaves. A exploração nos revelou um total de 79 (setenta e nove) trabalhos, dispostos nas comunicações orais temáticas dos congressos realizados pela SBHE no período de 2004 a 2013, que se relacionam diretamente com a temática, pois



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

versam sobre a mulher, sob diferentes olhares, voltados para a educação. Nos I e II Congressos não encontramos nenhum trabalho que se relacionasse com a temática. A partir do III Congresso, passamos a identificar trabalhos centrados na temática, os quais seguiram um fluxo contínuo e ascendente, cujo quantitativo é pequeno, porém relevante. Percebemos que os trabalhos e, respectivos pesquisadores/autores estão afiliados a instituições, na sua maioria públicas, pertencentes a diversos estados brasileiros, destacamos a contribuição dos pesquisadores situados no Rio Grande do Norte, no Maranhão, em Santa Catarina e no Paraná, pelo expressivo número de produções, relevância e ineditismo das pesquisas apresentadas.

A partir da análise dos títulos e resumos, identificamos que os 79 artigos tem seus objetos de estudo focados na educação feminina, discutindo sobre: mulheres que se destacaram pelos seus ideais e atuação na sociedade brasileira; mulheres professoras; mulheres e instituições religiosas; instituições femininas de ensino; processos formativos para mulheres; universo doméstico como cenário da educação feminina na literatura; história de vida de professoras; representação do ser mulher; movimentos sociais e a participação da mulher; dentre outros temas como: discriminação, sexualidade, corpo e imprensa feminina, no âmbito História da Educação.

Destacamos, neste conjunto – dos 79 artigos – 08 (oito) trabalhos, que abordam **políticas de educação profissional, processos formativos e histórias de instituições de educação profissional com foco no feminino**. Para analisá-los, partimos do reconhecimento de que a mulher, na construção da História, esteve diretamente envolvida com o trabalho, não somente os realizados no âmbito familiar/doméstico, como os de produção de bens e serviços.

Para melhor apresentar os trabalhos, segue o Quadro 01.

Quadro 01: Produção do Conhecimento publicada nas anais dos Congressos da SBHE, que abordam Educação Profissional para mulheres.

Nº	TÍTULO	ANO	AUTOR/ INSTITUIÇÃO
1	A Reforma do Ensino Profissional de Fernando de Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz.	2004	Tereza Fachada Levy Cardoso/ CEFET-RJ



2	Mulheres e Educação profissional em Curitiba: a Escola Técnica de comércio São José (1942-1955).	2004	Erica Piovam de Ulhôa Cintra /UFPR.
3	Ensino de Arte e profissionalização feminina: um estudo sobre a Escola Profissional Feminina de São Paulo.	2006	Carolina Marielli Barreto/ IA-UNESP.
4	A educação de meninas desvalidas no Maranhão Império	2011	Suzana Karyme Gonçalves da Cunha/ UFMA
5	A educação de meninas órfãs e desvalidas no colégio nossa senhora do amparo (1850-1870).	2011	Maria do Perpétuo Socorro de Sousa Avelino de França/UEPA; Samara Avelino de Souza França/ UFAM
6	A educação das mulheres e a proposta da Escola Profissional Feminina de Curitiba.	2011	Danielle Gross de Freitas/UFPR
	Estudo do ensino profissional (feminino) no Brasil: a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, 1922-1930).	2013	Fabiana de Arruda R. Reis; Euza de Souza Silva; Silvia Alicia Martínez - UENF
8	Uma escola para meninas órfãs e desvalidas em São Cristóvão - no início do século XX.	2013	Josineide Siqueira de Santana - Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Fonte: Elaboração das autoras com base no: www.sbhe.org.br. Acesso em agosto de 2015.

O artigo, intitulado **A Reforma do Ensino Profissional, de Fernando de Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz**, escrito por Tereza F. L. Cardoso/CEFET-RJ, analisa a história do ensino técnico no Brasil através do estudo da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. O recorte temporal relaciona-se com a história do ensino técnico profissional no Brasil e a história da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, e as consequências resultantes das reformas educacionais empreendidas na capital da República, durante os anos de 1927-1935.

O artigo **Mulheres e Educação Profissional em Curitiba: a Escola Técnica de comércio São José (1942-1955)**. Foi produzido por Érica Piovam de Ulhôa Cintra/UFPR, apresentado em 2004, busca compreender aspectos da educação feminina paranaense que permitam identificar o papel da jovem mulher dos anos de 1940 e 1950, em Curitiba-Paraná a partir da análise das ofertas de educação profissional do Colégio São José, nos cursos de Enfermagem e o Normal.

O artigo **Ensino de Arte e Profissionalização Feminina: um Estudo sobre a Escola Profissional Feminina de São Paulo**, publicado nos Anais do ano 2006, escrito



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

por Carolina M. Barreto, IA-UNESP, analisa a proposta da Escola Profissional Feminina de São Paulo, em 1911, quando da inauguração, com relação a sua finalidade de ensino, centrando a Arte, no contexto específico da profissionalização feminina que inter-relaciona questões ligadas à arte, à técnica, à educação de gênero e ao trabalho.

O artigo intitulado, **A educação de meninas desvalidas no Maranhão Império**, publicado nos Anais de 2011, feito por Suzana Karyme Gonçalves da Cunha/UFMA. Este traz uma investigação sobre os modelos educativos aos quais as educandas foram submetidas nas instituições de ensino da época, estruturada em três eixos epistêmicos do campo histórico: a história da infância feminina, a história das instituições escolares e a história do ensino profissional, considerando-se que essas instituições ofereciam além do ensino das primeiras letras, os ofícios mecânicos para formação profissional.

O artigo **A educação de meninas órfãs e desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo (1850-1870)**, presente nos Anais de 2011, escrito de forma coletiva por M^a do Perpetuo Socorro de S. Avelino de França/UEPA e Samara Avelino de Souza França/UFAM, apresenta uma análise de como eram educadas as meninas órfãs e desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo, no período de 1860 a 1870 em Belém-Pará. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica que se vale de regulamentos do Colégio, requerimentos de matrículas, jornais da época e da literatura pertinente a questão para compreender o processo formativo a que foram submetidas às educandas naquele estabelecimento de ensino e a relação com a orientação formal.

O artigo **A Educação das mulheres e a proposta da Escola Profissional Feminina de Curitiba**, publicado nos Anais de 2011, produzido por Danielle Gross De Freitas – UFPR, discute a educação profissional a partir da segunda metade do século XIX, atentando às heranças de uma tradição colonial, que segregava as mulheres da participação em sociedade, tornando-a submissa e restrita aos ensinamentos de obediência ao marido e à Igreja, bem como circunscrita a um ideal de educação voltada para o domínio das prendas domésticas. Situa a função social da Escola Profissional Feminina de Curitiba, responsável pela formação das mulheres pobres.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O artigo **Estudo do Ensino Profissional (feminino) no Brasil: a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, 1922-1930)**, apresentado por Fabiana de Arruda R. Reis, Euza de Souza Silva, Silvia Alicia Martínez/UENF, publicado nos Anais de 2013, é um Estudo exploratório sobre o ensino profissional feminino no Rio de Janeiro, tem como referência o processo formativo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, Campos-RJ, no período de 1922 a 1930. O estudo é situado no contexto de processo de industrialização e modernização do Brasil, que exige o ensino profissional, inclusive o feminino, voltado à preparação das mulheres para o lar e para atuarem como professoras de Artes e de produtos destinados à venda, objetivando a complementação do orçamento familiar.

O artigo, intitulado **Uma escola para meninas órfãs e desvalidas em São Cristóvão - no início do século XX**, é um dos artigos presentes nos Anais do ano 2013. Foi escrito por Josineide Siqueira de Santana/UFSE que informa que a escola estudada traduz o modelo educacional, amparado na lei nº 925/1925, no sentido de amparar a infância desvalida e educar meninas no anonimato, por meio de um currículo focado nas artes domésticas e nos trabalhos manuais.

Ao analisarmos os textos, concordamos com os estudos da pesquisadora Hirata (2003), quando esta afirma que, a história das mulheres foi emudecida e ou colocada numa situação invisível. À mulher, em sua existência e participação na sociedade foi conferida uma condição secundária e subserviente ao ser masculino. Este emudecimento e/ou invisibilidade não é neutra. Com o advento do capitalismo, esta situação de exclusão evidenciou-se na divisão da sociedade em classes, fundada na relação de exploração dos assalariados pelos proprietários dos meios de produção, que por meio de relações de poder e dominação se apropriam da riqueza socialmente produzida.

Entender os elementos contextuais presentes na produção acadêmica em análise, nos ajuda a estabelecer uma relação entre educação profissional, trabalho e gênero. Percebemos que os textos analisados evidenciam que a presença feminina no mundo do trabalho não data somente do processo de industrialização das sociedades, mas foi, indubitavelmente, a partir da intensificação da separação da produção de bens e serviços



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

das outras atividades e das transformações tecnológicas que o trabalho da mulher foi sendo empurrado para fora do âmbito doméstico. Este processo ocorreu de forma universal, à medida que as sociedades foram caminhando no sentido da intensificação da regulação capitalista do processo produtivo. Sendo assim, compreendemos que a emergência da ordem burguesa consolidou a construção de lugares socialmente sexoados, de inspiração patriarcal (ANTUNES, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração científica acerca das políticas públicas de Educação Profissional e gênero, no contexto da contemporaneidade se constitui desafio político que exige visão crítica, capaz de perceber as *nuanças* que envolvem a temática. Faz-se necessário considerar o processo histórico, como condição à compreensão das relações sociais estabelecidas entre o Projeto Político de Estado e a sociedade,

Contudo, no momento atual, identificamos a movimentação do Estado Brasileiro no intuito de atender às exigências e os direitos conquistados em instrumentos jurídico-legais que procuram sistematizar as políticas. A criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulher (SPM), vinculada à Presidência da República, a realização das Conferências Nacionais para Mulheres, os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, dentre outras ações, que focam na garantia do exercício da cidadania da mulher. Percebemos, assim, que o poder estatal assume a função de criar as condições que, ao mesmo tempo, favorecem a acumulação e legitimam a ordem social e econômica em defesa dos interesses de sustentação da classe dominante, e atende parcialmente, interesses advindos do meio popular, sistematizados e representados pelas forças sociais.

Diante dos processos de globalização da economia, considerando os níveis de organização capitalista e a nova divisão internacional do trabalho, a educação atrelada aos interesses da classe dominante é entendida como instrumento de dominação, caminho para a implementação do “capital humano”², reeditada e orientada pelas agências internacionais de fomento. Tal política prioriza a formação técnica,

² Aprofundar em: **SCHULTZ, T. O capital humano: investimento em educação e pesquisa.** Trad. de Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro. Zahar, 1973. **FRIGOTTO, Gaudêncio.** A produtividade da escola improdutiva. São Paulo. Cortez. 4. Ed.1993.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

desprezando o potencial humano para a criatividade e a produção científica. A educação é entendida como um investimento nas habilidades e competências técnicas dos indivíduos, visando seu melhor desempenho no mercado de trabalho, ou um bom negócio para os investimentos capitalistas na venda de uma nova mercadoria para a qual, potencialmente, tem uma grande massa de consumidores de treinamento técnico-profissional como fazia uma das escolas estudada em um dos artigos.

Por fim, em se tratando da relação do projeto de Educação Profissional com as políticas educacionais para mulheres no Brasil, essas permitem afirmar que historicamente foi marcada pela divisão social e técnica do trabalho (dualidade) dada a funcionalidade da educação frente ao projeto político e econômico assumido pelo país, basta ver nos adjetivos que aparecem nos títulos dos trabalhos: órfãs e desvalidas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo; 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília-DF. 2008.

_____. **I Plano Nacional de Políticas para Mulheres Secretaria Especial de Políticas para Mulheres**. Brasília-DF; 2005.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres Secretaria Especial de Políticas para Mulheres**. Brasília-DF; 2008.

_____. **Guia metodológico do sistema de Acesso, permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. MEC/MDS. Brasília-DF; 2012.

CABRAL NETO, Antônio (Org.). **Política educacional: desafios e tendências**. Porto Alegre: Sulina; 2004.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da Escola Improdutiva**. 5. ed. São Paulo: Cortez; 1999.

FERNADES, F. **Os circuitos da história**. São Paulo: Hucitec, 1977.

GAMBOA, S. S. **A globalização e os desafios da Educação no limiar do novo século**. In: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, Pós-modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Associados, 2001.

HIRATA, H. **Tecnologia, formação e relações de gênero no trabalho**. Revista Educação & Tecnologia. Nº 06, 2003. CEFETs-PR/MG/RJ. Disponível em <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1081/684>.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MOLL, J. e Colaboradores. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo – Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO-SBHE. Disponível em: <<http://sbhe.org.br>>. Acesso em: julho a agosto de 2015.